



ENTRE PESSOA E BICHO: Maria Velho da Costa e a Limitação do Humano

Susana Vieira¹

Resumo: (*Estéticas da natureza: animais, literatura, cinema e teatro*)

Num movimento circular, todavia não fechado, e partindo dos pressupostos propostos pelo evento, ensaiaremos linhas de discussão literária que vão ao encontro da “tese de que a dominação de animais está intimamente associada à dominação de seres humanos”; a propósito analisaremos os conceitos de *outridade* e de *minoria* nos textos “A velada” e *Português, trabalhador, doente mental*, ambos de Maria Velho da Costa.

De modo a compreender melhor como se problematiza essa tese no texto — um corpo em resistência superando a própria finitude e a de um condicionamento social —, analisa-se, em diálogo com o tópico *Estéticas da natureza: animais, literatura*, a linguagem da autora (criadora de um *corpus* literário perscrutador dos corpos marginais e periféricos da sociedade), que tanto se distancia de uma categorização genológica redutora, como se aproxima de correntes mais experimentalistas que pensam sobre estados de excessão ou de imensidão, matéria de reflexão expressa no seu texto que, num ato vingativo, se fragmenta e se torna imenso. Debruçar-nos-emos sobre as exclusões nos documentos identificados, no sentido de percebermos em que medida imagens como humanidade animal, minoria, individuação, finitude e imensidão subsidiam a ideia de perifericidade (DELEUZE & GUATTARI e DERRIDA). Estão, pois, em jogo as relações entre o homem e o animal.

Veremos como a literatura opera questionamentos-chave em torno da ideia de que “a cesura entre o homem e o animal passa sobretudo no interior do homem” e que “no último dia, as relações entre os animais e os homens se configurarão numa nova forma e o próprio homem se reconciliará com a sua natureza animal” (AGAMBEN).

“[...] quando a diferença se anula e os dois termos colapsam um no outro, se torna difícil discernir [...] o que separa o humano do inhumano, o ser e o nada” (DIAS), daí a tendência reiterada de o texto personificar o animal e, por outro lado, atribuir ao homem características primitivas e instintivas, geralmente observadas nos animais. Neste caso está-se desde logo a hierarquizar escalões de valores.

A autora, a partir de um trabalho sociológico feito junto de institucionalizados (por doença mental) em 1972, desenvolveu uma “clandestinidade” de textos literários sobre os que “se passam honradamente para o outro lado, o da luta oculta” para indicar que “a disciplina e o discurso severo das instituições que servem o poder dos mais poderosos são dementes e caóticos”.

¹ Doutoranda em Estudos de Literatura (Universidade Nova de Lisboa), investigadora integrada no IELT (Universidade Nova de Lisboa) e no CLEPUL (Universidade de Lisboa) no projeto *Brasil: literatura, memória e diálogos em Portugal*; professora no Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Os asilados são reduzidos a uma condição de bestialidade, figuras secas n' “um dos lugares onde a sociedade escondia e punia os sem membros atingidos do maior mal — a incapacidade de vender a sua força de trabalho, a incapacidade de conformar-se aos valores ideológicos que a classe dominante lhes impunha” (MVC).

Mas no mundo inclemente e escarpado encenado pelo texto de MVC há também “tentativas de sublimação do horror humano pela afeição do animal” (DIAS), quando a criança (“A velada”) estabelece uma relação amorosa e vulnerável com o *bicho*, gerando um espaço e um momento desterritorializados, nos quais se assiste a uma transferência de comportamentos, permitindo que, por intermédio do animal, o homem aceda à percepção da sua humanidade.

A convivialidade dos dois termos, ou “humanidade animal, esse movimento de crescer para [e n’] o outro” (DIAS) acentua-se perante a certeza das relações deficitárias e a necessidade de se pensarem novos pactos, num “mundo [que] não suporta a excessiva diferença e distância entre os homens (que lhe é feita)” (MVC).

Palavras-chave: Exclusão. Humanidade animal. Minoria. Individuação. Finitude. Imensidade. Outridade.

Abstract: (*Aesthetics of nature: animals, literature, cinema and theater*)

In a circular movement, however not closed, and based on the assumptions proposed by the event, we will rehearse lines of literary discussion that meet the “thesis that the domination of animals is closely associated with the domination of human beings”; by the way, we will analyze the concepts of otherness and minority in the texts “A velada” and *Português, Trabalhador, doente mental*, both by Maria Velho da Costa.

In order to better understand how this thesis is problematized in the text — a body in resistance overcoming its own finitude and that of social conditioning —, it is analyzed, in dialogue with the topic *Aesthetics of nature: animals, literature*, the author's language (creator of a literary corpus that scrutinizes the marginal and peripheral bodies of society), which both distances itself from a reductive genological categorization, and approaches more experimentalist currents that think about states of exception or immensity, a matter of reflection expressed in its text which, in a vengeful act, fragments and becomes immense. We will focus on the exclusions in the identified documents, in order to understand to what extent images such as animal humanity, minority, individuation, finitude and immensity subsidize the idea of peripherality (DELEUZE & GUATTARI and DERRIDA). Thus, the relationship between man and animal is at stake.

We will see how literature operates key questions around the idea that “the gap between man and animal passes mainly inside man” and that “on the last day, relations between animals and men will be configured in a new way and man himself will be reconciled to his animal nature” (AGAMBEN).

“[...] when the difference cancels out and the two terms collapse into each other, it becomes difficult to discern [...] what separates the human from the inhuman, being and nothingness” (DIAS), hence the reiterated tendency of the text personify the animal and, on the other hand, attribute primitive and instinctive characteristics to man, generally observed in animals. In this case, we are immediately hierarchizing levels of values.

The author, based on a sociological work carried out with institutionalized people (due to mental illness) in 1972, developed a “clandestine” of literary texts about which “pass with honor to the other side, that of the hidden struggle” to indicate that “the discipline and harsh

discourse of the institutions that serve the power of the most powerful are demented and chaotic”.

The asylum seekers are reduced to a condition of bestiality, dry figures in' “one of the places where society hid and punished those without limbs affected by the greatest evil — the inability to sell their labor power, the inability to conform to the values ideologies imposed on them by the ruling class” (MVC).

But in the inclement and rugged world staged by the MVC text, there are also “attempts to sublimate human horror through the affection of the animal” (DIAS), when the child (“A velada”) establishes a loving and vulnerable relationship with the animal, generating a deterritorialized space and moment, in which a transfer of behaviors is witnessed, allowing, through the animal, man to access the perception of his humanity.

The conviviality of the two terms, or “animal humanity, this movement of growing towards [and in] the other” (DIAS) is accentuated in view of the certainty of deficient relationships and the need to think of new pacts, in a “world [that] does not support the excessive difference and distancing between men (which is done to him)” (MVC).

Keywords: Exclusion. Animal humanity. Minority. Individuation. Finitude. Immensity. Otherness.

O silêncio é invenção da boca humana. O animal levantou-se nas suas duas patas e escutou o não-ruído. O predador furtivo estava perto. O não-ruído é o que precede a caça e o caçador. O não-ruído antecipa o uivo e a trituração. As criaturas fizeram então o silêncio para suplantar o não-ruído. A pausa das batidas do coração carnívoro e devorador. Até então até a floresta mugia. Debaixo de água havia silvos e ranger de dentes. Mas o não-ruído era o pior mal — a ameaça e depois a consumação rígida. Então as criaturas inventaram o hiato entre os sons da boca, a arma sublime. A pausa da música, a quebra do verso, a retracção do amor. Tristes criaturas guardaram o silêncio contra a morte, o não-ruído. Cantam para fazer o silêncio, como os pássaros e as baleias no bojo das trevas. Um silêncio mortal sob o signo da sua finitude, a seta disferida, a certa, despedida. (Maria Velho da COSTA, 2004, s. p.)

Inicia-se o presente artigo com uma epígrafe de Maria Velho da Costa, da qual, a propósito de uma abordagem mais larga sobre a sua escrita, serão analisados em específico os textos “A velada” (um conto escrito em 65) e *Português, trabalhador, doente mental* (um relatório escrito em 76 sobre vítimas de doença mental internadas no outrora Hospital Psiquiátrico Miguel Bombarda, que se revelaria uma amostra significativa da “ambiguidade e absurdo de instituições ratificadas pelo sistema legal” (COSTA, 1976, p. 13)), cuja relação — perceber-se-á adiante — nos permitirá perscrutar o que há entre o animal e o humano, ou seja, a sua *limitação* (lê-se no título). A escritora, integrada no universo da ficção portuguesa do contemporâneo, inicia a sua produção literária em 1966 com o livro de contos *O lugar*

comum, no qual, desde logo, se percebe a tendência para o experimentalismo que, subvertendo a composição canónica, se deixa influenciar pelo *nouveau roman*, este igualmente afetado pelo estruturalismo francês, a que MVC se renderá, sobretudo às leituras de Deleuze e Guattari, Derrida, Lacan. Nesta linha experimentalista entram no seu texto, a fim de questionar não apenas a sociedade mas a própria estrutura verbal que a diz, as noções de autorreferencialidade, intertextualidade, ironia ou a polifonia carnavalesca bakhtiniana. A condizer com o mundo pós-moderno, a construção das figuras e o seu olhar obsessivo e tenso sobre o mundo fazem arruinar um discurso narrativo assente numa estrutura tradicional, esclarecedora dos arquétipos distintivos de cada género. As categorias narrativas basilares perdem o seu lugar, em favor de um texto tão fragmentado quanto o próprio indivíduo, hesitando em

zonas de fronteira entre o normal e o patológico, figurando estados de alucinação e de desvario linguístico, o que permitirá ao mesmo tempo refletir sobre a própria estrutura linguística [...] É assim que o discurso do(s) narrador(es) prevalece sobre a diegese, esbatendo-a e fragmentando-a de forma a que se privilegiem no texto os instantes difusos e confusos de vozes que reclamam o seu direito a dizer (DIAS, 2018, p. 36)

Assim, cada obra sua, de “tendências textualistas, onde se postula o princípio [...] do culto da palavra, esbatendo, desconstruindo ou expulsando [...] os elementos genológicos mais tradicionais do romance” (DIAS, 2018, p. 35), transforma-se numa “atividade de laboratório onde se faz nascer uma escrita inconformista” (DIAS, 2018, p. 29), leito de uma linguagem inovadora de consternação, questionamento e contestação.

Justificando a contextualização que nos apresenta uma autora-refazedora do texto autotélico que se implica no mundo, recupera-se a epígrafe de MVC, fragmento do seu inédito “O silêncio”, e faz-se dela uma leitura impressiva ao observar-se que, muito antes da concretização d’ “A pausa da música, [d]a quebra do verbo, [d]a retracção do amor”, já o homem-animal reconhecia, na sua lei, o “não-ruído”, ou presságio, na “pausa das batidas do coração carnívoro e devorador” — começo da morte, esse momento que “precede a caça e o caçador”, “antecipa o uivo e a trituração”, “a ameaça e depois a consumação”. Da ordem da carne, delimitando a condição precária e finita do ser, o advérbio prefixal (*não-*) é o *pensamento adverso* que recusa a condição sintomática do rumor: “a floresta [que] mugia”, os “silvos e ranger de dentes” “Debaixo de água” (destacado nosso), sons premonitórios antecipando o sinal do alvoroço. Por seu turno, sendo o silêncio da natureza da imensidão, é

condição de expansão do ser “no bojo das trevas”. Essa “invenção da boca humana” feita para exceder o impulso do não-ruído é o segredo que ilumina e supera a finitude. Assim a escrita — um “outro meio, como se diz de um meio que é líquido, ou gasoso. O meio da *arte*. [...] Os acasos da arte, as trevas que convoca, o tumulto” (COSTA, 2006, p. 14-15; destacado no original). Pudesse a literatura ser esse “hiato entre os sons da boca, a arma sublime” cobiçando o propósito de preencher pontos de indeterminação.

Ainda no registo do imaginário, (o *como se*) houvesse, entre o pensamento e a sua exploração verbal, um abismo, mas também uma subtil passagem entre o fundo escuro e a superfície alva. A experiência *abismática* impediria uma recuperação. Então, o pé da criatura pisou a alvura. Fez a passagem. Iniciou a invenção do “hiato”. Nesse momento, dos destroços e do que é da natureza do momentâneo emergiu tanto a possibilidade da reunificação, quanto a da reincidência. A fala, como um vômito, fora antes expelida e o funcionamento não passara de uma ilusão. Agora, o literário afirmava de modo precioso e seguro a sua poética. A sua linguagem cruzava e acumulava e exigia como direito a exuberância a deificar a individuação, pela presença ou pela ausência. Explicação provável do improvável. Uma hipótese, portanto. Fenômeno da percepção. Fundamentemos a ideia, a partir da necessidade do texto: 1) enquanto um *outro meio* e objeto de cumplicidade na iniciação do sujeito a indivíduo contra “o signo da sua finitude”; 2) enquanto tecido em que se escreve a *pausa* ou suspensão da (sua) narrativa, durante a qual se expande um conhecimento mais agudo do evento de se ser no mundo do não-ruído (da previsibilidade).

Observa-se a possibilidade de extensionalidade do objeto, neste caso, o texto literário, em função de um desenvolvimento de relações de discernimento que o revelam sujeito de outras novidades. Assim, a partir de uma escuta atenta e acolhedora do texto — e dos seus sentidos —, sublinha-se a convicção (nossa) de que a ressignificação é resultado natural de um processo operado pelo silêncio, este um contraditor processo de resistência e de permanência que, assim mesmo, se manifesta na escrita de MVC. A sua linguagem, íntima como “só as vísceras, que não se vêem, continuam a sentir-se. Afinal a criatura que tropeça e esfola os interiores, sou eu” (COSTA, 2006, p. 219), transcende e esclarece o inacabamento do objeto, expandindo-o em plurais e polifónicas cumplicidades. Tal como *cantam* as criaturas para *fazer o silêncio* e superar a finitude.

Concatenando o silêncio com o fenômeno da imensidade, o mundo que se abre no texto (em rigor, em cada texto da autora) amplia-se à medida que dele nos aproximamos e

exploramos a sua intimidade num corpo irrefreado de impressões que o destoram de um lugar comedido e o isolam numa imagem que vai crescendo disforme e ilimitada. Em paralelo, sentimos que, nessa “escrita orgânica” (COSTA, 2006, p. 162), que nos agride porque nos *desorganiza* e *ensandece*, onde “os textos vogam, andam de avião e nau, afogam-se” (COSTA, 2006, p. 162), tudo nos escapa, sendo justamente essa a condição da imensidão — o que fica por estabelecer. Fundamenta-se o argumento no facto de, não raras vezes, regressar a sua escrita a uma “folhagem alargada [que] quase não deixa ver” sob a qual “muito perto do sistema de raízes, está a pedra que tapa o corpo [...] Matéria orgânica. Ligações subterrâneas” (COSTA, 2006, p. 241). E o seu pensamento, porque desligado do hábito, pode ferir o mundo.

O texto de MVC será, então, o corpo *des-situado* que, refutando o normativo, comprehende pelos olhos, pela boca, pelo tato. Em aparente sossego, a sua escrita ferve a ponto de implodir como o coração de um animal a *cantar para fazer o silêncio*. Penetra fundo até que o prurido causado no seu foco se alastre e engula tudo, como os bichos do seu quintal que escondidos comem a mesa de trabalho. Num imenso gozo antropofágico, eles se repastam, enquanto a sua escrita — à medida que transgride a lei — serve o mundo-memória-perceção engordando o texto que ganha o volume, precisamente, do mundo.

“acirrou os bichos da madeira [...] que me hão-de comer a mesa de trabalho”, [...] Talvez sejam uma mutação. [...] Prova [...] de que a Literatura forja destinos: um quinto bicho acaba de me picar nas costas. Matei-o mas foi tarde demais. Eu ia escrever que a crise das vísceras talvez seja castigo [...] *Expugar*. Se eu mando a mesa para uma empresa de *expurgo* [...] onde é que eu-*continuo*? (COSTA, 2006, p. 200 e 202; destacado no original)

O argumento “eu-*continuo*” a solicitar réplica indica uma afinidade entre o indivíduo e o objeto numa cúpula que não é de conforto ou rendição; antes, um espaço onde ambos se testemunham e se tornam presença um do outro, experiência com existência. Na certa, o indivíduo perderá o seu signo inicial, interessando somente a perpetuidade do movimento, porque a linguagem *nova*, a crescer desse encontro, mais que inventar o que não está, assedia e revela. Sem justificar ou manipular, ela recupera a voz perdida e inscreve o pensamento na perplexidade de ainda se espantar. Ela olha o que confirmará e todos os silêncios e não-ruídos se movimentarão como um inseto no mundo reconquistado.

Assim, no alinhamento do introito, partindo da tese sociológica feita pela presente leitura de que a dominação de animais se relaciona com a de seres humanos enquadrados no

conceito de minorias, “A velada” e *Português, trabalhador, doente mental* são textos amargos que conjugam o homem e o animal. Lembrando o pensamento de Agamben que, no seu estudo crítico de Heidegger sobre o espaço aberto (ou apartado) cavado entre cada um dos mundos (o da *humanidade* e o da *animalidade*), trilha as veredas das hipóteses que argumentariam a distinção e a aproximação entre ambos, somos tentados a assinalar que a literatura serve então de instrumento operatório de questionamentos em torno da ideia de que “a cesura entre o homem e o animal passa sobretudo no interior do homem” (AGAMBEN, 2011, p. 29) e que “no último dia, as relações entre os animais e os homens se configurarão numa nova forma e o próprio homem se reconciliará com a sua natureza animal” (AGAMBEN, 2011, p. 12).

Apesar do mundo inclemente que os textos encenam, MVC ensaia também “tentativas de sublimação do horror humano pela afeição do animal” (DIAS, 2018, p. 317). “quando a diferença se anula e os dois termos colapsam um no outro, se torna difícil discernir [...] o que separa o humano do inumano, o ser e o nada” (DIAS, 2018, p. 318) concluindo que, afinal, homem e animal têm mais em comum do que inicialmente se supunha. Daí a tendência reiterada de o texto se apiedar do animal (a criança) e, ainda, atribuir ao homem características primitivas e instintivas (os asilados), geralmente observadas nos animais. A convivialidade dos dois termos, ou “humanidade animal, esse movimento de crescer para [e n’] o outro” (DIAS, 2018, p. 326) garante também um novo compromisso assente em afetos que neutralizam e indemnizam as limitações do humano.

Nas narrativas encenadas por MVC, o clássico pensamento das componentes anímica e corpórea do humano cede lugar a uma reflexão sobre a sua fenda, subsidiando argumentos a favor de uma participação comum entre este e o animal, nomeadamente a certeza de que ambos se estruturam na base emocional da solidão, do cuidado materno, da ambição e da rivalidade; certeza essa que só é possível escrutinar na outridão que se insinua entre os dois elementos que vagueiam na mesma superfície natural. É esta linguagem dos afetos (como formulada por Deleuze e Guattari), menos atinente ao caráter árido do humano, que as narrativas da autora procuram reaver do animal, numa atitude de remissão. No universo criado entre os dois, e em protesto de uma afetividade em crise, o animal, e tudo o que é de sua lei, desterritorializa-se para acompanhar a instabilidade e desesperança do humano.

A propósito da representação do animal e da sua diferenciação numa sociedade dominada pelo humano, Deleuze e Guattari contextualizam que “ultrapassa num momento um

limiar científico [...] ou então passa para outras ciências, anima, por exemplo, as ciências humanas, para servir no estudo dos sonhos, dos mitos e das organizações” (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 302).

Lendo os capítulos em que esses filósofos estudam o fenómeno, percebemos que, desde sempre, as estruturas da sociedade sentiram a urgência de distribuir os homens em classes a partir da observação do animal, fosse numa ordem de semelhança ou numa variação das diferenças, suportando-se essa comparação em circunstâncias científicas e naturais ou em testemunhos do campo dominado pela mitologia. Pela sua relevância nas sociedades humanas, diferentes cenários de convivência entre os animais serviram de estudo contrastivo na definição das relações ensaiadas entre os homens. Depressa se verificou que o que concatena estes heterogéneos são (na dimanação dos autores aqui chamados) os métodos de *expansão*, *propagação*, *ocupação*, *contágio*, *povoamento*. Embora cada um comporte a força da alomorfia, num sentido diferente o animal ameaça transmitir ao homem algo que lhe é estranho, o afeto como força de um grupo. Por esta razão, o devir-animal associa-se a grupos minoritários e anómicos, excluídos ou perseguidos, privados de autoridade pessoal sobre o próprio juízo, que, reconhecendo-se nas suas manifestações, alastram o contágio. Há uma propagação do povoamento animal do homem que contribui para a desestabilização da ordem e cria relações de proximidade com o corpo que deseja, sem se desvirtuar do que é, seja por uma invocação de voz (*Português...*), seja pela desolação na descoberta da desumanidade (“A velada”). Os corpos que se aninham nesse devir-outro não se combinam por filiação, o mesmo que dizer genética ou estruturalmente, mas por aliança.

Na efetivação do devir-animal, porque não está de todo em causa uma identificação entre géneros diferentes, superam-se as semelhanças e estruturam-se as diferenças no argumento da (im)possibilidade de uma correspondência de relações, *i. e.*, o equivalente a um fenómeno desviante a revelar-se a anomia (ausência de organização legal ou natural) que fratura a sociedade. Em todo o caso, onde a sociedade impositiva vê erosão, o indivíduo encontra-se no centro de um movimento de forças que o liberta pelas linhas de fuga que proporciona.

Essa correspondência de relações não cessa de se renovar por contágio. Assim se passa na obra de MVC que se faz por contágio intertextual e cada peça devém na outra como se entre elas não houvesse portas mas apenas um som reverberando até que o espelho se quebre. O mesmo que dizer até que a palavra deixe de ter mistério. (Portanto o espelho ainda não se

quebrou...) Há um exercício intertextual, no seio da própria obra, mas também entre citações e comunhões com outros autores; mas não num sentido evolutivo; sim, num desfile que revela as multiplicidades de um nome, um ser.

(Mas) Nestes dois textos, as figuras não fazem a passagem entre páginas, mas ambos percorrem condições de desterritorialização e conceptualizam, pelas suas características, o anomal como o fenómeno que, pela sua natureza de excepcionalidade e por se encontrar numa posição de periférico, transpõe a linha estável e assegura o devir (animal), e, subsequentemente, as compatibilidades entre heterogéneos, que, imprevistamente, poderão resultar em *abolição*, *aniquilamento* ou *autodestruição*. O contágio faz-se deste modo, por meio de uma aliança com o anomal, e não por uma relação de filiação intragrupal. Apesar da aparente antinomia (se não há filiação, o grupo minoritário dissolve-se e participa num jogo de que já se sabe perdedor; e se há seleção, o grupo perde a força do seu conceito), não se trata de representante de uma espécie unida por particularidades comuns; apenas participa na circulação dos afetos entre heterogéneos.

Quando entramos nos textos, o que observamos em concreto?

“A velada”, cuja raiz nos transporta no tempo da História a uma oração noturna de vigia às armas, símbolo de uma condição nobre e guerreira, conta-nos sobre os momentos de vigília protagonizados por uma criança sobre um gato. Fazendo-nos lembrar o banquete messiânico dos justos, em que os animais ferozes acompanham mansamente os mais delicados e, todos, são guiados por uma criança. Essa condição nobre e guerreira tanto se pode associar à força dominadora do humano, quanto à de uma luta contra o instituído. Assim, contra as expectativas do homem-pai (que “era do lado da força, do lado dos enfaixados na garantia de existirem sempre” (COSTA, 1966, p. 104)), a criança, inspirada pelo sofrimento do animal atropelado pelo progenitor, cria uma união na qual os afetos se transportam de um corpo a outro e se encontram num momento de mútua invocação, de maneira que os limites entre ambos se confundem. A criança, na figuração que antecede a entrada num corpo cerzido pela sociedade, que lhe anulará os sinais da individualidade, engendra na comunhão uma involução de despersonalização e culpa, contestando “o seu lugar de herdeiro” (COSTA, 1966, p. 104). Nessa simbiose, a criança transporta a sua agonia e dor para o animal. Este deixa de ser visto como representante de um grupo e é olhado como um indivíduo e elemento ativo nesta circulação de afetos. Deixa de ser definido segundo as características que o implicam num grupo e passa a ser percebido pelos afetos que comunga

com outro corpo seja para o destruir ou ser destruído, para trocar ações e paixões ou para compor um corpo mais potente, um mundo de imensidades. Tentando salvar o gato, procura resgatar os afetos estilhaçados e a débil humanidade que pulsa no humano. Essa humanidade, se recuperada, poderia revelar-se condição de superação da finitude e das relações deficitárias. Mas “Era tempo de desistir ou talvez ainda cedo para pensar os gatos mais que bichos” (COSTA, 1966, p. 111). Na morte do gato podemos equacionar dois aspectos: a irrefutável finitude do ser (quer animal, quer humano) e a inflexível dominação do humano. Porém, houve um momento em que a fronteira natural se diluiu e o humano e o animal se comunicaram, e, sem se pronunciarem, denunciaram tudo.

Já *Português, trabalhador, doente mental* fala de minorias ou individualidades perdidas, mesmo no processo da renovação operada no interior do grupo que, por contágio, se desterritorializa. Mas ao investir nesta ideia, estamos a deslocalizar feridas de afeção humana para os animais. Estamos a criar mais margens ambíguas e indefinidas. Se a minoria é conduzida a domar a sua força instintiva, a natureza desta sustenta-a num movimento continuado e de transmissibilidade. Não há desenvolvimento de trama, só a mobilização (e a violência) de afetos suportada por uma estratificação da condição (ou das condições) humana e pelo desejo de ubiquidade, traído pela subjugação mas alimentado pela consciência de se ser exterior a filiações e classificações. MVC, que sempre se interessou por figuras de *exceção* (no sentido misto do excesso e da excepcionalidade) observa o isolado no seu percurso desencantado de deslocado, antecipando como certa a ideia de que ninguém neste mundo se encontra. Exceto humano e animal, ainda que de forma adulterada.

Fora do texto, estas figuras feridas defrontam-se com a sua marginalidade; pelo contrário, na geografia do texto, dos signos e da imagem da palavra, a diferença encontra e reconforta-se com um espaço delimitado e um tempo organizado. Por ações opostas, o sujeito relacionando-se nega o diferimento e negando-se relaciona-se com o outro. Nessa manifestação assiste-se ao evento da outridão, no qual se formam as condições do seu reconhecimento como um presente e um ausente. O registo da diferença apoia-se na necessidade de um discurso sulcado pelos pontos, que, se por um lado aproxima (sem reunir), por outro desvia o sujeito do outro. Na sua essência, este sujeito não é idêntico, ele é um outro, porque em si ele se exibe distinto. Revela-se aqui um mundo de possibilidades, desde logo porque admite o inadmissível, ou seja, as relações, num mundo dominado pelo estilhaçamento dos afetos. A consciência entra no cenário a partir do momento em que uma

força contrária a esse corpo exerce a sua ação, desvelando que a sua presença é percebida, e vigiada, na existência do outro. A instituição dispõe de mecanismos aceites socialmente para esconder e afastar da sociedade — ironia! — aquele que, fendendo um sistema de signos predefinidos e comprometidos com instâncias repressoras e fraturantes e julgado pelo diferimento do seu pensamento, cria a espera para si e nela se atira, na esperança de um espaço no qual se possa demorar. Aí, as figuras centrais são corpos equívocos, e aquilo que veste esses corpos impugnados, a diferença, não orienta nem autoriza; porém, ela desmonta e melindra a força. Por isso, o ser institucionalizado depende tanto da diferença para regressar à sua assumida forma apagada.

Qualquer ponto é colocado para indicar uma coordenada, a partir da qual se entra no jogo das derivações, sem jamais se perder, no entanto, a sua função orientadora da ação. Fora do ponto há a indeterminação, que, por definição, poderá anular o seu enunciador. Logo, fora do ponto, o ser sabe-se dissoluto. Nesse ponto, ainda que se negue a si mesmo, porque abre a probabilidade de se excluir, também acede a si mesmo e, na possibilidade do encadeamento frásico, reconstitui-se um corpo que, em todas as suas partes, se relaciona até ao próximo ponto. O ponto, não ocupando espaço (nas palavras de DERRIDA, 1991), sinaliza o lugar da sobrevivência, dos relacionamentos e da supressão, do desmembramento do ser. Nos três textos produzidos fora do relatório investigativo e oportunamente titulados “pevide” (semente), “piteira” (vitalidade, sexualidade pungente e fulgurante) e “pinho” (analogia com o féretro) são determinantes as frases curtas e marcadas pelos pontos. Que interrompem os medos de “malmorrer, não ter aonde” (COSTA, 1976, p. 158); mas que também anulam o indivíduo: “Mas aqui” (COSTA, 1976, p. 158). Portanto, se ao “medo de malmorrer” (COSTA, 1976, p. 158) da “pevide” se seguem os abraços a “Quem” (COSTA, 1976, p. 160) da “piteira”, já do “pinho” se reiteram as interrogações “Voltas?” (COSTA, 1976, p. 162) e as agudas observações, igualmente curtas e pontuadas, de que “Não podes ir em paz que a tua crença pára. Não podes ver em paz, a passear os olhos.” (COSTA, 1976, p. 162) porque “Tu vês-me.” (COSTA, 1976, p. 162), e, a partir do momento em que vemos, percebemos que o texto é um corpo em estado de rutura, quase um grito para dentro, logo, uma negação de si. Nessa superfície é evidente o apelo a uma continuidade no outro que, porém, o extremou à condição de “Igual aos desiguais” (COSTA, 1976, p. 160), subtraindo-lhe a sociologia dos afetos generalizados. Na sua história, o tempo não se estratifica em passado, presente ou futuro; pelo contrário, há um efeito produzido por interrupções e apenas dois conceitos

testemunhados: a presença e a ausência. E quanto a este último, há, apesar de tudo, a clara noção de que se trata da ideia de uma não presença, portanto, até o conceito de ausência, pela impercetibilidade da sua dimensão, do seu alcance, se anula. Está-se tão somente perante o que não está. Sem repercussões no imediato.

Pela linha de fuga escolhida, procura crescer, já não em forma, mas em figura. Não é tanto o desejo de renovação, mas de reafirmação, e de recusa de uma situação de coerção existencial exercida pelo *sistema legal* e o *discurso severo* da institucionalização asilar *demente* e *caótica*. Assim, nesse crescimento, a forma é uma aparência que não se desenvolve, não se define, ao contrário do afeto que, enquanto sensação, circula num pacto de ligações, supondo de cada vez um estádio de *dessubjetivação*. Esse compromisso tanto mais é necessário quanto se sabe que pelo apagamento de si se chega mais rapidamente ao entendimento do e no outro. Numa perspetiva deleuziana e guattariana, o outro, no seu *plano de organização*, procura interromper os movimentos de desterritorialização empreendidos pela figura sem forma, ao passo que esta tenta subtrair-se a esse projeto de reconfiguração, evitando ainda assim a trama que a reconduza à supressão.

Não obstante, a figura (o asilado) abandona-se, “Porque estando à espera, não fazia nada que não fosse da espera e ela gasta-se. Há um podre na coisa quieta sem uso que vem do dentro para o fora” (COSTA, 1976, p. 158): “Quem há de querer de meu trabalho...[?] [...] Quem compra a piteira cheia de meu sentir... [?] [...] Quem me descasca esta roupa de esmola, a pele de não-s, o que eu podia estar e só era diferente, aqui em encolha de susto que nem é nada, nem nunca [?]” (COSTA, 1976, p. 160). Apesar de tudo o afeto continua a ser a figuração mais desejada, mesmo que o questionamento se perpetue: “Quem pode vir até ao grito e ao abraço que eu lhes tenho?” (COSTA, 1976, p. 160) ou “Se eu estender a mão a tirar-te um cabelo desses de mulher [...] tu crês-me?” (COSTA, 1976, p. 162).

Então, despojados do direito a ser e do potencial dos afetos, é o humano uma figura de fronteira, dissonante, e, como tal, “Suja” (COSTA, 1976, p. 160) e matizada com uma “azémola” (COSTA, 1976, p. 160) (animal de carga) ou com um “mono” (COSTA, 1976, p. 160) (macaco feio). Uma vez mais, o humano e o animal abraçam-se, desta vez, numa parceria entre seres associados a um desígnio maligno, o da exclusão. A única salvação possível é garantida pelo descentramento, mesmo na escrita praticada pela autora que, despojando a sintaxe e o léxico da sua vestidura clássica, introduz no texto um trabalho de exclusão interna no sentido em que o sujeito se revela no que lhe é mais estranho e familiar ao

mesmo tempo. A autora, ela mesma, vê-se “como membro dessa casta um pouco à margem de toda a institucionalização [...] o escritor português” (COSTA, 1976, p. 13). E sobre os asilados é contundente ao afirmar que

o real que esses nomes ocultam não é ludibriável, e, ao mergulharmos na sua espessura, ao ressentir-lhe como monstruosas as contradições, ao averiguar-lhe da génesis, certas designações e a trajetória e atitudes nelas implícitas nos parecem risíveis, senão totalmente monstruosas [...] [,] percepção [...] de que aquele era um dos lugares onde a sociedade escondia e punia os sem membros atingidos do maior mal — *a incapacidade de vender a sua força de trabalho, a incapacidade de conformar-se aos valores ideológicos que a classe dominante lhes impunha* (COSTA, ano, p. 14-15; destacado no original)

Como resposta, dos asilados, um “multiforme *não* da consciência que se recusa a qualquer forma de participação num real social que a alienou *radicalmente*” (COSTA, 1976, p. 15-16; destacados no original).

Referência bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **O aberto — o homem e o animal.** Lisboa: Edições 70, 2011.
- COSTA, Maria Velho da. **O lugar comum.** Lisboa: Livraria Morais Editora, 1966.
- COSTA, Maria Velho da. **Português, trabalhador, doente mental.** Lisboa: Seara Nova, 1976.
- COSTA, Maria Velho da. Texto inédito de MVC para **Textos e Pretextos:** “O silêncio”. Lisboa, n.º 4, 2004.
- COSTA, Maria Velho da; CARVALHO, Armando da Silva. **O livro do meio.** Lisboa: Caminho, 2006.
- DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia.** São Paulo: Papirus Editora, 1991.
- DEULEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Planaltos:** capitalismo e esquizofrenia 2. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.
- DIAS, Maria José Carneiro. **Maria Velho da Costa: uma poética de au(c)toria.** Lisboa: Imprensa Nacional, 2018.